

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/7152	7948/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: APOIO EXTRAORDINÁRIO À UNIVERSIDADE DO MINHO PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO CASTELO COM VISTA À INSTALAÇÃO DO UMinhoExec – EXECUTIVE BUSINESS EDUCATION – ESCOLA DE FORMAÇÃO EXECUTIVA

I. Exposição e Motivos

1. O Município de Braga tem vindo a apostar fortemente na promoção de projetos de elevado potencial com ambições globais, que promovam o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor que potencie a criação de postos de trabalho de elevado valor acrescentado;
2. De igual modo, o Município de Braga considera que a cooperação institucional com outras entidades é essencial para o desenvolvimento económico, social e cultural do município e dos seus cidadãos;
3. Nos projetos referidos têm vindo a ser envolvidos, não apenas o Executivo e os serviços municipais, mas também as Instituições de Ensino Superior, por se entender como mais valia o estabelecimento de parcerias com diferentes instituições e em particular com as entidades ligadas ao ensino superior e à formação e ensino avançado;



4. A Universidade do Minho pretende, através da sua Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, concretizar um projeto estratégico para a cidade de Braga: a reabilitação do Edifício do Castelo com vista à instalação de um centro de excelência educativa, acolhendo a UMinhoExec – Executive Business Education, a escola de formação executiva da Universidade do Minho;
5. A UMinhoExec assumirá um papel estratégico como hub de inovação, atraindo talento, empresas e eventos de alcance nacional e internacional. Promoverá ainda a qualificação profissional e o crescimento sustentável, reforçando a posição de Braga como uma força motriz no crescimento e competitividade económica;
6. Para alavancar a execução deste projeto, no montante estimado de 9 milhões de euros, para além da colaboração de empresas regionais e nacionais, é objetivo da Universidade do Minho, apresentar candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-37, promovido pela CCDR-N, Infraestruturas e equipamentos de ensino superior - Iniciativas Âncora Regionais, compreendendo uma taxa máxima de cofinanciamento de 85%;
7. Importa também considerar que a implementação deste projeto permitirá também reabilitar o Edifício do Castelo, uma das edificações mais imponentes do centro histórico de Braga. A reabilitação deste edifício permitirá não só preservar um marco histórico, mas também transformá-lo num equipamento moderno e tecnologicamente avançado, capaz de responder às necessidades do século XXI;
8. É assim de manifesta importância a concretização do projeto UMinhoExec – Executive Business Education, considerando-se que o mesmo constitui uma mais valia para o desenvolvimento educativo, científico, cultural, social e económico do concelho, da região e do país, pelo que a sua concretização se trata de uma exigência de interesse público.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

9. A Universidade do Minho é uma fundação pública com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, conforme estatutos homologados pelo Despacho Normativo n.º 13/2017, de 29 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 183, de 21 de setembro de 2017;
10. A Universidade do Minho, entidade de ensino superior, tem como objeto fundamental a promoção e salvaguarda do interesse público, tendo como missão *“gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável,*



bem -estar e solidariedade”, mediante a prossecução dos seguintes objetivos, conforme previsto no artigo 2.º dos referidos estatutos, sob a epígrafe de “Missão e objetivos”: “a) A formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional, através de uma oferta educativa diversificada, da criação de um ambiente educativo adequado, da valorização da atividade dos seus docentes, investigadores e pessoal não docente e não investigador, e da educação pessoal, social, intelectual e profissional dos seus estudantes, contribuindo para a formação ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania ativa e responsável; b) A realização de investigação, a divulgação dos seus resultados, a participação em instituições científicas e a promoção de eventos científicos, estimulando a busca permanente da excelência, a criatividade como fonte de propostas e soluções inovadoras e diferenciadoras, bem como a procura de respostas aos grandes desafios da sociedade; c) A transferência, o intercâmbio, a proteção e a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos, através do desenvolvimento de soluções aplicacionais, da prestação de serviços à comunidade, da realização de ações de formação contínua e do apoio ao desenvolvimento e ao empreendedorismo, numa base de valorização recíproca; d) A promoção de atividades que possibilitem o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à Universidade; e) O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições e organismos nacionais e estrangeiros, através da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal não docente e não investigador, do desenvolvimento de programas educacionais e da investigação com base em parcerias, da contribuição para a cooperação internacional, com especial destaque para os países europeus e de língua oficial portuguesa, e da construção de um ambiente multilinguístico na Universidade; f) A interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional; g) A contribuição para o desenvolvimento social e económico do país e da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural; h) A promoção da sua sustentabilidade institucional e da sua competitividade no espaço global.”;

11. A conceção, o desenvolvimento e a implementação do Projeto UMinhoExec, pela Universidade do Minho através da Escola da Economia, Gestão e Ciência Política, resulta da prossecução das **atribuições públicas** definidas nos respetivos nos Estatutos;
12. Cabe aos municípios assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação, ensino e formação profissional, ciência e promoção do desenvolvimento que lhe são cometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante “RJAL”);



13. O executivo pode deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido RJAEL;
14. De acordo com o previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei n.º 75 /2013, o Município pode ainda *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município”*;
15. De igual modo, o Código Regulamentar do Município de Braga (doravante “CRMB”), no artigo F-1/2.º, estabelece que: *“A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local”*. Já o disposto no artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do mesmo CRMB, determina que *“Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”*;
16. O artigo F-1/5.º do CRMB estabelece expressamente os requisitos para a atribuição de apoios, pelo que as entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (doravante “RECAM”) - *vide* artigo F-1/6.º do CRMB;
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não a possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
17. A Universidade do Minho: (i) encontra-se inscrita no RECAM com número 234/2016, (ii) está legalmente constituída e com os seus órgãos em efetividade de funções, (iii) tem sede social em Braga, aqui promovendo a sua atividade de relevantíssimo interesse municipal, (iv) não apresenta dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município, o que se atestou pela apresentação das respetivas certidões de não dívida.
18. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que o apoio a conceder gera uma “mais-valia” vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projeto ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica na situação vertente.



III. Proposta

Nestes termos, de acordo com as disposições contidas nos artigos 23.º, n.º 2, alínea d), e) e m) e 33.º, n.º 1, alínea o) do RJAEL, segundo as quais são estabelecidas atribuições municipais nos domínios da educação, ensino e formação profissional, ciência e promoção do desenvolvimento a prosseguir através das competências do executivo, bem como assegurado que se encontra o cumprimento do Código Regulamentar do Município de Braga, proponho que a Câmara Municipal, delibere:

A) Aprovar, nos termos do previsto na alínea o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais**, ** atribuir um apoio extraordinário à Universidade do Minho, até ao montante máximo de 1.000.000,00 euros (um milhão de euros), que permita financiar parte da despesa não financiada, quer pela candidatura a apresentar ao Aviso NORTE2030-2024-37, quer por capitais próprios, com o objetivo de apoiar aquela universidade na instalação no Edifício do Castelo de um centro de excelência educativa, acolhendo o Projeto UMinhoExec – Executive Business Education, a escola de formação executiva da Universidade do Minho, conforme projeto/plano de reabilitação do edifício, em anexo, com orçamento global estimado de 8.850.882,00 euros;

B) Aprovar que o valor do apoio seja transferido de acordo com o seguinte cronograma financeiro: 2025: até ao valor máximo de 100.000,00 euros (cem mil euros); 2026: até ao valor máximo de 400.000,00 euros (quatrocentos mil euros); 2027: até ao valor máximo de 500.000,00 euros (quinhentos mil euros), os termos melhor definidos no contrato de apoio que aqui se anexa e que faz parte integrante da presente Proposta;

C) Aprovar que o valor do apoio será libertado, mediante apresentação de despesas, em tranches de valor correspondente à componente não cofinanciada das despesas apresentadas no âmbito da candidatura a apresentar Aviso NORTE2030-2024-37.

D) Aprovar o contrato a celebrar com a Universidade do Minho nos termos da minuta que se anexa;

E) Aprovar a designação do seguinte Gestor do Contrato e seu substituto a quem caberão as competências indicadas nos artigos 5.º e 6.º da minuta de contrato em anexo, nomeadamente as previstas no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos:

- Gestor do contrato: Alzira Torres
- Email: alzira.torres@cm-braga.pt
- Substituto: Carlos Rodrigues
- Email: carlos.rodrigues@cm-braga.pt



Mais proponho, que a Câmara Municipal, delibere:

F) **Aprovar** submeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 3.º e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a aprovação dos compromissos plurianuais conforme proposta descrita na alínea B) anterior.

Informa-se que para o presente ano de 2025 a despesa de €100.000 (cem mil euros) tem cabimento orçamental e será suportado pela rubrica 0102 080701, inscrita nas Grandes Opções do Plano através do código 2024/66-Ação 4, tendo-lhe sido atribuído os números de cabimento e compromisso 93707 e 121527, respetivamente.

Em anexo:

- Projeto/plano de reabilitação do “Edifício do Castelo”;
- Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação;
- Comprovativo de inscrição no RECAM com número 234/2016;
- Comprovativo de atualização de dados no RECAM;
- Cópia certificada da ata de nomeação dos atuais membros dos órgãos sociais da Universidade do Minho, que se encontram em efetividade de funções;
- Certidões atualizadas de não dívida perante a Fazenda Pública, Segurança Social e ao Município;
- Código RCBE atualizado.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte UNIVERSIDADE DO MINHO

Firma/Denominação UNIVERSIDADE DO MINHO

UNIVERSIDADE DO MINHO
L PACO
BRAGA
4704-553 BRAGA

N.º de Identificação de Segurança Social 20010128172

N.º de Identificação Fiscal 502011378

N.º da Declaração 056698798ASCD25

Data de emissão 2025-01-07

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A Diretora da Unidade de Contribuintes Estratégicos

Cláudia Martins

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20010128172

Código de Verificação - PA46YJV6YHHD65D

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.



CERTIDÃO

José Luis Fernandes Gomes Medeiros, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de BRAGA-1..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 5 de Fevereiro de 2025.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: UNIVERSIDADE DO MINHO

NIF: 502011378

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 502011378

Cód. Validação: MDSMHRBNVEPM

O Chefe de Finanças,

(José Luis Fernandes Gomes Medeiros)





Campus de Gualtar
4710-057 Braga – P

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

tel.: +351 253 604584

□

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Braga
Dr. Ricardo Rio
Braga

sua referência

sua comunicação de

nossa referência

data

INT/EEG/2025/372

2025/02/18

assunto

**Projeto da UMinhoExec -Business
Executive Education**

A Universidade do Minho, através da Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, está a desenvolver um projeto estratégico para a cidade de Braga: a reabilitação do Edifício do Castelo, um dos marcos arquitectónicos mais emblemáticos do centro histórico. Este edifício, com um profundo significado patrimonial, será transformado num centro de excelência para a formação executiva, acolhendo a UMinhoExec – Business Executive Education.

O projeto de requalificação, estimado perto dos nove milhões de euros, permitirá preservar um edifício histórico enquanto se cria um pólo de formação de referência, capacitando profissionais e líderes para os desafios do século XXI. A UMinhoExec assumirá um papel estratégico como centro de inovação e qualificação, atraindo talento, empresas e eventos de impacto nacional e internacional, promovendo o crescimento sustentável da cidade.

A relevância deste projeto transcende a esfera educativa, reflectindo-se também no impacto positivo para a dinamização económica e cultural do centro histórico de Braga. Com salas híbridas de formação, laboratórios tecnológicos, espaços de inovação para empresas e auditórios multifuncionais, o Edifício do Castelo será um espaço dinâmico e interactivo, promovendo a inovação e o desenvolvimento de competências estratégicas.



O financiamento do projeto de reabilitação do Edifício do Castelo assenta numa estrutura equilibrada de recursos próprios e apoio externo, visando garantir a viabilidade económica e a sustentabilidade da iniciativa. O custo total do projeto está estimado em 8 850 883 euros, abrangendo a recuperação estrutural do edifício, a aquisição de equipamentos essenciais e o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras.

Para viabilizar esta intervenção, a Universidade do Minho mobilizou 2 350 883 euros em capitais próprios e submeteu uma candidatura ao programa Norte2030, com um pedido de financiamento no valor de 5 500 000 euros. No entanto, para assegurar a execução integral do projeto e colmatar o montante necessário para a sua conclusão, é fundamental o apoio da Câmara Municipal de Braga, no valor de 1 000 000 de euros.

Necessidades de Financiamento	
Edifícios e outras construções	7 100 000,00 €
Equipamento básico	1 210 883,00 €
Projetos de desenvolvimento	540 000,00 €
Total	8 850 883,00 €

Fontes de Financiamento	
Capitais Próprios	2 350 883,00 €
Financiamento Norte2030	5 500 000,00 €
Apoio CM Braga	1 000 000,00 €
Total	8 850 883,00 €

Com os melhores cumprimentos,

Luís Aguiar Conraria
Presidente da Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho

Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga
Dr. Ricardo Rio

Data

22/01/2025

Assunto

Pedido de Apoio Financeiro para a Reabilitação do Edifício do Castelo

1. Introdução

A Universidade do Minho, através da Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, está a promover um projeto estratégico para a cidade de Braga: a reabilitação do Edifício do Castelo. Este emblemático edifício, localizado no coração da cidade, será transformado num centro de excelência educativa, acolhendo a UMinhoExec – Executive Business Education, a escola de formação executiva da Universidade do Minho. Com a sua requalificação, o Edifício do Castelo tornar-se-á num espaço vibrante e tecnologicamente avançado.

A UMinhoExec assumirá um papel estratégico como hub de inovação, atraindo talento, empresas e eventos de alcance nacional e internacional. Promoverá ainda a qualificação profissional e o crescimento sustentável, reforçando a posição de Braga como uma força motriz no crescimento e competitividade económica.

O projeto, estimado em 9 milhões de euros e que contará com colaborações de empresas regionais e nacionais, combina a revitalização de um espaço histórico com a criação de um centro de excelência em educação executiva. Este projeto tem subjacente uma candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-37, promovido pela CCDR-N, o que reforça a urgência de assegurar as condições financeiras necessárias para o êxito da iniciativa.

As parcerias estratégicas que a UMinhoExec estabelecerá com empresas, sociedade civil e instituições governamentais maximizarão o impacto coletivo na promoção de um futuro mais justo, próspero e sustentável. Estes objetivos refletem o nosso compromisso com a inovação, o



crescimento e a sustentabilidade, posicionando-nos como uma referência no campo da formação executiva e como um motor de desenvolvimento para a região e para o país.

Dado o impacto positivo do projeto, que beneficiará Braga, ao contribuir para o seu desenvolvimento cultural, económico e educativos, vimos, por este meio, solicitar o apoio financeiro da Câmara Municipal de Braga.

Nas secções que se seguem, realçamos a importância histórica, arquitetónica e patrimonial do Edifício do Castelo, bem como o importante papel que a UMinhoExec já desempenha na região, e a relevância e oportunidade do projeto para o futuro da cidade de Braga, a Região e o País. Concluimos detalhando o pedido de apoio financeiro à Câmara Municipal de Braga.

2. O Passado: Património Arquitetónico¹

O Edifício do Castelo é uma das edificações mais imponentes do centro histórico de Braga. Ocupando quase a totalidade da área de implantação do antigo Castelo da cidade, o seu processo de construção iniciou-se imediatamente após a demolição da antiga cidadela medieval, aproveitando, inclusive, os seus despojos.

Dominando todo o lado poente da Rua do Castelo, com as suas imponentes escadarias e arcadas abertas à circulação dos transeuntes, o projeto deste monumental edifício foi confiado ao arquiteto português José Marques da Silva (1869- 1947), que o concebeu no ano de 1905.

2.1. A demolição do velho Castelo

A construção do Edifício do Castelo realizou-se sobre os despojos do castelo medieval bracarense, que foi demolido pela Câmara Municipal de Braga, entre novembro de 1905 e maio de 1906.

Este processo teve início após a construção de um novo edifício para albergar a cadeia da cidade, que aí funcionava desde o século XVI. A demolição foi motivada pela necessidade urgente de criar um edifício para “instalação das repartições públicas dos correios, obras públicas e escola industrial”.

A Torre de Menagem, que se implanta no interior do quarteirão, é praticamente o único vestígio que resta do antigo Castelo da cidade. Localizada no ponto mais elevado do planalto em que assentava o burgo medieval, fazia parte de uma fortificação reforçada com cinco torreões.

¹ Esta secção foi preparada pelo doutor Rui Ferreira, doutorado em Estudos Culturais (Universidade do Minho) e especialista em história bracarense.



Embora a atual construção tenha sido ordenada em 1375, sob a orientação dos mestres de pedraria João Mouro, Pero Senascais e João Pedreiro, a referência mais antiga à existência do Castelo de Braga remonta ao ano de 1315. Após a dramática invasão de D. Henrique II de Castela, ocorrida em 1369, a cidade de Braga ficou parcialmente arruinada. Face a esta situação, o rei D. Fernando viu-se obrigado a reforçar a defesa de Braga, ordenando a construção de uma poderosa fortificação.



Com a progressiva perda de utilidade militar do castelo e das muralhas, este espaço viu ser-lhe acoplado um alpendre e uma alfândega no decorrer do século XVI, além de sofrer a integração de um edifício para servir de prisão da cidade em 1716.

Em 1853, a destruição da vizinha porta do Souto localizada no largo do Barão de S. Martinho haveria de antecipar o inevitável destino do castelo de Braga. A impiedade dos políticos do final da monarquia, associada a um ávido e desenfreado desejo de progresso, acabaria por ditar o fim de inúmeros testemunhos da cidadela medieval.

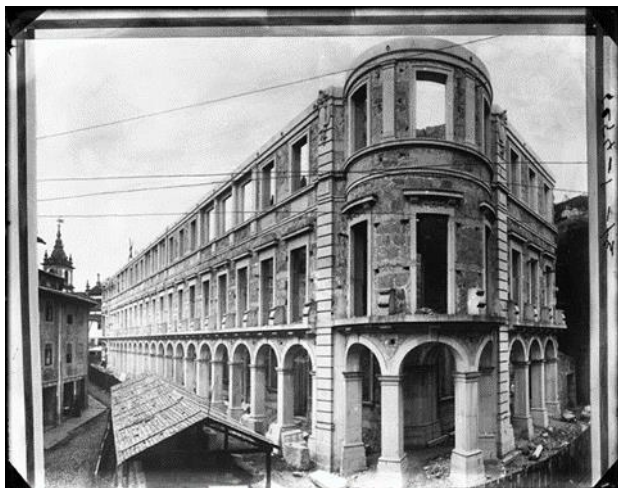
O processo de demolição do castelo de Braga, concretizado entre novembro de 1905 e maio de 1906, não foi pacífico, embora tenha contado com o apoio maioritário da população. Manuel Monteiro (1879-1952), que classificou este ato como uma “selvajaria sem nome”, e o arqueólogo Albano Belino, que pretendia instalar no local um museu arqueológico, foram exceções.

2.2. Imponente edificação

Apesar de um arranque auspicioso, as obras perdurariam ao longo de quase duas décadas, cadenciadas ao ritmo das sucessivas alterações de regime político, crises económicas, epidemias e pela depressão provocada pela participação portuguesa na I Grande Guerra.

Ocupando todo o lado nascente da Rua do Castelo, o edifício confronta, nas suas extremidades, com o largo do Barão de São Martinho (sul) e com o largo de São Francisco (norte). O Edifício do Castelo apresenta uma linguagem arquitetónica que combina o modernismo com traços evidentes de “belle époque”.





O edifício procura completar o quarteirão em que se insere o emblemático edifício da Arcada, plantando-se sobre um piso térreo ritmado por arcarias que lhe conferem imponência e permitem a sua comunicação com a cidade.

Com um corpo de três pisos, aos quais acresce um sobrepiso, o Edifício do Castelo

impõe-se pelo seu volume e implantação urbana, destacando-se pelo alinhamento das suas múltiplas janelas. O elemento mais interessante do edifício são as suas cúpulas que coroam os seus gavetos, outrora ornamentadas.

Finalizado o edifício, arrastar-se-ia o processo de usufruto das suas instalações. Na sua ala meridional, correspondente a cerca de um terço do edifício, ficaria instalada a Direção de Estradas do Distrito de Braga, da Junta Autónoma das Estradas.

2.3. Uma vocação pedagógica

O restante do edifício seria ocupado pouco depois, em 1936, pela Escola Industrial e Comercial Bartolomeu dos Mártires, uma instituição que havia sido fundada em 1884 como Escola de Desenho Industrial, e que, em 1914, passaria a incluir também o ensino de escrituração comercial, com a criação do curso elementar de comércio, passando, então, a designar-se Escola Industrial e Comercial Bartolomeu dos Mártires.

A vocação pedagógica prevaleceria durante as décadas seguintes, com um aumento no número de alunos. Além do curso de Comércio, a escola passaria a oferecer cursos de “Carpinteiro e Marceneiro” e “Costura e Bordados”. Por isso, em 1948, a instituição seria reorganizada, constituindo-se em duas escolas distintas: a Escola Técnica Elementar Bartolomeu dos Mártires e a Escola Industrial e Comercial Carlos Amarante.



Devido ao excesso de alunos, o funcionamento das escolas estava dividido entre dois polos: o Edifício do Castelo e outro localizado na Cangosta da Palha (atual Rua D. João Cândido de Novais e Sousa), onde a Câmara Municipal de Braga havia deliberado edificar uma nova Escola, no final da década de 1880, embora o projeto nunca tenha sido concluído.



Em 1958 seria inaugurado um novo edifício para a Escola Industrial e Comercial Carlos Amarante, passando o Edifício do Castelo a acolher apenas a Escola Técnica Elementar, que, entretanto, se converteria na Escola Secundária Alberto Sampaio. Esta funcionaria simultaneamente no Edifício do Castelo e nas instalações da Cangosta da Palha até 1982, ano em que seriam inauguradas as novas instalações da escola, localizadas na zona sudeste da cidade. Nesse mesmo ano, o edifício passaria para a posse e usufruto da Universidade do Minho, que aí instalaria a Unidade de Economia e Gestão.



«Os anos 80, face às dificuldades verificadas na execução do programa das Instalações Definitivas, viram prosseguir a ocupação provisória de edifícios. Na rua do Castelo, a antiga Escola Alberto Sampaio começou a ser utilizada pela Universidade em 1982, funcionando como Complexo Pedagógico e acolhendo a Unidade de Economia e Gestão e a Reprografia.» (FERREIRA, 2014: 229)

Após a saída da Escola de Economia e Gestão para as suas novas instalações no Campus de Gualtar, a parte do edifício propriedade da Universidade do Minho teve uma utilização episódica, com apenas o setor sul do edifício a ser ocupado pelos serviços da rebatizada Infraestruturas de Portugal, que aí permaneceria até ao ano de 2012, sendo, posteriormente, vendido em hasta pública.



3. O Presente

3.1. A UMinhoExec atual

A ambição para a UMinhoExec, escola de formação executiva da EEG criada em 2014, é ser líder e reconhecida como tal. Geramos conhecimento e desenvolvemos percursos de aprendizagem inovadores e transformadores. Comprometemo-nos com a inovação, crescimento e sustentabilidade.

Com uma abordagem flexível e adaptada às necessidades dos participantes, a UMinhoExec oferece três principais tipos de programas:

1. **Programas Executivos (PEs):** Voltados para o desenvolvimento de competências de liderança e gestão, abordam temas como marketing digital, *design thinking*, inteligência artificial e gestão de recursos humanos. Exemplos incluem SIADAP, Contratação Pública, Regime de Contrato em Funções Públicas, Gestão Executiva de Empresas Municipais — que está a ser desenvolvido com as empresas da Câmara Municipal de Braga —, Marketing Digital e *E-Commerce*, *School of CEOs*, Gestão e Governação de Empresas Familiares, Inteligência Artificial para Negócios, Pós-Graduação em Gestão de Pessoas na Administração Pública, Programação de Sistemas com Inteligência Artificial, etc.
2. **Flash Training Courses (FTCs):** Cursos curtos e intensivos que exploram tendências de mercado e técnicas específicas, dando resposta imediata a necessidades que identificamos no mercado.
3. **Taylor Made:** Formação personalizada para organizações, com programas desenhados para atender às suas necessidades específicas. A UMinhoExec já prestou formação Taylor Made para diversas organizações e empresas, como a Autoridade Tributária, Sanitop, Segurança Social, DST Group, Caixa Geral de Depósitos, Comunidade Intermunicipal do Ave, etc.

Os programas são oferecidos em diferentes formatos (presencial, online ou blended-learning) e podem ocorrer na Universidade Minho, em locais de parceiros institucionais ou nas próprias empresas. Apesar desta flexibilidade, o potencial de crescimento da UMinhoExec encontra-se limitado pela falta de instalações próprias que estejam alinhadas com as necessidades atuais da formação executiva, impedindo que se amplie significativamente o seu impacto.



3.2. A Degradação do Edifício do Castelo

Como se percebe, o Edifício do Castelo, projetado pelo consagrado arquiteto José Marques da Silva, responsável por projetos icónicos em Portugal, é uma obra marcante do património arquitetónico de Braga, conjugando elegância e respeito pelo contexto urbano.



Em 2016, o Município de Braga, pela voz do seu Presidente, Dr. Ricardo Rio, expressou *o particular empenho do Município de Braga em apoiar a concretização de um projecto de reabilitação deste edifício*, rotulando-o como uma *peça crucial para o processo de regeneração urbana de Braga*.² Infelizmente, oito anos depois, o edifício encontra-se num estado de degradação bastante avançado.

A perda de estanqueidade em alguns locais da cobertura, nomeadamente na rufagem das clarabóias e na ausência de vidros, bem como telhas partidas e falta de vidros nas caixilharias, provocaram infiltrações de água, contribuindo para um ambiente interior húmido. Nos pontos críticos de entrada de água, especialmente ao nível do quarto piso, observam-se fungos de podridão. Os pavimentos e as caixas de escadas apresentam, de forma generalizada, deformações, assim como o abatimento pontual das estruturas portantes, provocando inclinações em vários sentidos. Ao nível dos tetos é visível, em todos os pisos do edifício, o avançado mau estado de conservação, resultante de infiltrações provenientes da cobertura e dos vãos de fachada.



Em síntese, de uma forma geral, o edifício apresenta um avançado grau de degradação, tanto ao nível estrutural, como nos materiais e revestimentos exteriores (fachadas), vãos exteriores em caixilharia de madeira e nos elementos interiores, como soalhos, paredes em tabique e tetos estucados, com zonas visivelmente em estado de degradação extrema.

4. O Futuro: um Projeto para o Edifício, para a Cidade, para a Região e para o País

A reabilitação deste edifício permitirá não só preservar um marco histórico, mas também transformá-lo num equipamento moderno e tecnologicamente avançado, capaz de responder às necessidades do século XXI.

² <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-2068>



O projeto de reabilitação será desenvolvido com base nos mais elevados padrões de sustentabilidade. A intervenção incluirá soluções de eficiência energética, utilização de materiais ecológicos e integração de tecnologias avançadas, garantindo que o Edifício do Castelo se torne um modelo de boas práticas ambientais.

Os espaços do edifício, incluindo salas híbridas de formação, laboratórios tecnológicos, centro de inovação para empresas, espaço de trabalho criativo, auditórios multifuncionais, estúdios de criação de conteúdo, salas de trabalho colaborativo, entre outros, serão projetados para fomentar a inovação, a colaboração e o desenvolvimento de competências de alto nível.

O Edifício do Castelo localiza-se perto de marcos emblemáticos de Braga, como o café A Brasileira, o Theatro Circo, a Sé de Braga, o Jardim de Santa Bárbara e o centro cultural gnracion.

Embora a reabilitação prevista se concentre principalmente no interior, o projeto levará em consideração a relação do Edifício do Castelo com toda a sua envolvente. Um ponto específico a ser observado é o pequeno largo onde se ergue a Torre de Menagem do antigo Castelo de Braga (agora Edifício do Castelo). O átrio externo do edifício estabelece uma conexão direta entre a Rua do Castelo e esse largo, que atualmente se encontra subaproveitado. Quando concretizado, o projeto aumentará a permeabilidade urbana deste espaço, reintegrando-o na dinâmica da cidade.

A revitalização deste espaço dinamizará economicamente a área, criando um novo ponto de encontro para atividades culturais, empresariais e educativas, valorizando o centro histórico e reforçando a identidade de Braga como uma cidade inovadora e vibrante:

1. **Valorização do Património e do Espaço Urbano:** A revitalização do edifício e da área envolvente trará uma nova dinâmica ao centro histórico, promovendo o turismo cultural e a atividade económica.
2. **Atração de Talento e Investimento:** A UMinhoExec funcionará como um hub de inovação e qualificação, atraindo profissionais, empresas e eventos de âmbito nacional e internacional.
3. **Fomento da Educação e da Competitividade Regional:** Os programas oferecidos pela UMinhoExec contribuirão para elevar o nível de qualificação dos profissionais da região, promovendo o crescimento sustentável das empresas.



Além da formação executiva relevante para as empresas, a UMinhoExec também é reconhecida pelo seu histórico de formação de dirigentes da função pública e da administração local, consolidando-se como uma referência nacional em educação executiva para o sector público. Na área de Administração Pública, são disponibilizados cursos como o Programa Executivo em Contratação Pública para Fornecedores do Estado, FA>AP – Formação Avançada para Dirigentes Superiores e Intermédios e School of CEO de Empresas Municipais, entre outros.

Este projeto expandirá toda a oferta, integrando colaborações com empresas regionais e nacionais, autarquias e institutos, promovendo a qualificação de líderes empresariais, da administração pública e gestores, e fortalecendo as competências estratégicas necessárias para enfrentar os desafios do mercado global. Um dos principais objetivos estratégicos para o futuro é a criação de um MBA (Master in Business Administration), que se posicionará como um programa de excelência, dirigido a gestores e dirigentes que pretendam aprofundar as suas competências em gestão, inovação e liderança. Com a criação de um MBA de referência, a UMinhoExec não só ampliará a sua base de formandos, como também reforçará o seu papel como um parceiro estratégico na qualificação de quadros superiores, contribuindo para o desenvolvimento económico e social.

5. Pedido de Apoio Financeiro e Contextualização do Projeto

A Universidade do Minho encontra-se no processo de submissão de uma candidatura ao **Aviso NORTE2030-2024-37**, com a designação "**Infraestruturas e Equipamentos de Ensino Superior – Iniciativas Âncora Regionais**", promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). O prazo final para submissão das candidaturas é 31 de março de 2025. Este aviso constitui uma oportunidade estratégica para obter financiamento complementar para a execução do projeto, embora obrigue a Universidade do Minho a garantir, até lá, que as condições financeiras para a execução do projeto e da empreitada se encontram asseguradas.

O custo total estimado do projeto é de 9 milhões de euros, abrangendo a recuperação estrutural do edifício e o seu apetrechamento com equipamentos de última geração. O apoio máximo da CCDR é de 5,5 milhões de euros. Para a concretização deste projeto ambicioso, dada a sua importância para a cidade e o seu potencial de geração de capital humano e de atração de investimentos, temos mantido conversações com diversas empresas regionais e nacionais interessadas em apoiar o projeto, reforçando o reconhecimento da UMinhoExec como um catalisador para a qualificação profissional e o crescimento económico.



Neste contexto, vimos por este meio pedir ao Município de Braga um apoio financeiro substancial, idealmente de um milhão de euros. As obras desenrolar-se-ão entre 2025 e 2027, pelo que o apoio que vier a ser prestado pela Câmara, formalizado até fevereiro, inclusive, não precisa de ser disponibilizado em 2025. Em contrapartida, proporemos um protocolo com a Câmara Municipal de Braga que garanta aos seus dirigentes e funcionários acesso aos nossos programas com condições preferenciais, incluindo descontos significativos, reforçando a ligação entre a UMinhoExec e o Município.

A UMinhoExec – Executive Business Education, sediada no Edifício do Castelo, será um marco para a cidade de Braga, reforçando a sua identidade cultural e projetando-a como uma referência em educação, inovação e desenvolvimento sustentável. Contarmos com o apoio do Município é uma grande mais-valia para potenciar a economia local e a projeção internacional da cidade de Braga.

Estamos disponíveis para apresentar mais detalhes sobre o projeto e discutir formas de colaboração. Agradecemos desde já a atenção dispensada e aguardamos com expectativa a vossa resposta.

Com os melhores cumprimentos,



Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política



Luís Aguiar-Conraria

Presidente da EEG | Dean of EEG
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política | School of Economics,
Management and Political Science
Universidade do Minho | University of Minho
4710 - 057 Braga - Portugal
+351 253 604 584 | www.eeg.uminho.pt



DATA: 24-02-2025

ASSUNTO: Informação de cabimento e/ou compromisso

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o registo da Gestiona n.º, 7948 de 2024, foi assegurada regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **93707**

N.º sequencial de compromisso: **121527**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO

Considerando que:

- O Município de Braga tem vindo a apostar fortemente na promoção de projetos de elevado potencial com ambições globais, que promovam o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor que potencie a criação de postos de trabalho de elevado valor acrescentado;
- A cooperação institucional com outras entidades é essencial para o desenvolvimento económico, social e cultural do município e dos seus cidadãos;
- Nos projetos referidos têm vindo a ser envolvidos, não apenas o Executivo e os serviços municipais, mas também as Instituições de Ensino Superior, por se entender como mais valia o estabelecimento de parcerias com diferentes instituições e em particular com as instituições ligadas ao ensino superior e cumulativamente à formação e ensino avançado;
- A Universidade do Minho pretende, através da Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, concretizar um projeto estratégico para a cidade de Braga: a reabilitação do Edifício do Castelo com vista à criação de um centro de excelência educativa, acolhendo a UMinhoExec – Executive Business Education, a escola de formação executiva da Universidade do Minho;
- A UMinhoExec assumirá um papel estratégico como *hub* de inovação, atraindo talento, empresas e eventos de alcance nacional e internacional. Promoverá ainda a qualificação profissional e o crescimento sustentável, reforçando a posição de Braga como uma força motriz no crescimento e competitividade económica;
- Para alavancar a execução deste projeto, no montante estimado de 9 milhões de euros, para além da colaboração de empresas regionais e nacionais, é objetivo da Universidade do Minho, apresentar candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-37, promovido pela CCDR-N, Infraestruturas e equipamentos



- de ensino superior - Iniciativas Âncora Regionais, compreendendo uma taxa máxima de cofinanciamento de 85%;
- A implementação deste projeto permitirá também reabilitar o Edifício do Castelo, uma das edificações mais imponentes do centro histórico de Braga. A reabilitação deste edifício permitirá não só preservar um marco histórico, mas também transformá-lo num equipamento moderno e tecnologicamente avançado, capaz de responder às necessidades do século XXI;
 - É assim de manifesta importância a concretização do projeto UMinhoExec – Executive Business Education, considerando-se que o mesmo constitui uma mais valia para o desenvolvimento educativo, científico, cultural, social e económico do concelho sendo, por isso, a sua concretização uma exigência de interesse público;
 - A Universidade do Minho é uma fundação pública com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, conforme estatutos homologados pelo Despacho Normativo n.º 13/2017, de 29 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 183, de 21 de setembro de 2017;
 - A conceção, o desenvolvimento e a implementação do Projeto UMinhoExec, pela Universidade do Minho através da Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, resulta da prossecução das **atribuições públicas** definidas nos respetivos nos Estatutos;
 - Cabe aos municípios assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação, ensino e formação profissional, ciência e promoção do desenvolvimento que lhe são cometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
 - Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais;
 - De acordo com o previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei n.º 75/2013, o Município pode ainda *“apoiar atividades de natureza social,*



cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município”;

- De igual modo, o Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que “A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local”. O artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, determina que “Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”.

Considerando ainda que:

- A minuta do presente contrato interadministrativo foi aprovada pelo executivo municipal em [...];
- A despesa resultante da assinatura deste contrato, de natureza plurianual, foi aprovada de sessão da assembleia municipal de [...].

Entre:

Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede e Paços do Concelho na Praça do Município, 4700-435 Braga, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, adiante identificado como **Primeiro Outorgante**,

E

Universidade do Minho, doravante designado por UM, pessoa coletiva de direito público, n.º 502011378, com sede no Largo do Paço, 4704-553 Braga, representado neste ato por **XXXXXX**, com poderes para o ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**,



É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Cooperação, nos termos e ao abrigo das alíneas t), r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, dos artigos F-1/2.º e F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga e da alínea c) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Através do presente contrato as partes estabelecem as formas de cooperação entre si, tendo em vista a concessão de um apoio pelo **Primeiro** ao **Segundo Outorgante** para a reabilitação do denominado “Edifício do Castelo”, com vista à instalação do Centro educativo, *UMinhoExec – Executive Business Education*, escola de formação executiva da Universidade do Minho.

Cláusula 2.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. Os apoios a conceder ao **Segundo Outorgante**, ao abrigo do presente contrato para prossecução do objetivo da cláusula primeira, revestem as seguintes modalidades:

- a) Participação nas despesas com o objetivo de apoiar o Segundo Outorgante na reabilitação do Edifício do Castelo e instalação do Projeto UMinhoExec – Executive Business Education, escola de formação executiva da Universidade do Minho, conforme projeto/plano de reabilitação em anexo, com orçamento global de € 8.850.883,00 (oito milhões oitocentos e cinquenta mil oitocentos e oitenta e três euros), até ao montante máximo de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), isentos de IVA, a pagar mediante a apresentação de documentação comprovativa da realização de despesas concretas efetuadas no âmbito da obra de reabilitação;
- b) Divulgação do Projeto através dos suportes de comunicação próprios do Primeiro Outorgante.

2. O **Primeiro Outorgante** disponibiliza ao **Segundo Outorgante** o montante do apoio financeiro referido na alínea a) do número anterior, de acordo com o seguinte cronograma financeiro:



- a) No ano de 2025: até ao valor máximo de € 100.000,00 (cem mil euros);
 - b) No ano de 2026: até ao valor máximo de € 400.000,00 euros (quatrocentos mil euros);
 - c) No ano de 2027: até ao valor máximo de € 500.000,00 (quinhentos mil euros).
3. Os valores anuais do apoio serão transferidos para o **Segundo Outorgante** mediante apresentação de despesas (faturas ou outros documentos comprovativos dos custos referentes à execução do projeto referido na cláusula 1^a), até ao limite da verba global aprovada pelo presente contrato, em tranches de valor correspondente à componente não cofinanciada das despesas apresentadas no âmbito da candidatura a apresentar Aviso NORTE2030-2024-37.
4. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real do respetivo Programa, a não ser que o presente contrato seja objeto de alteração expressa pela mesma forma e sujeita à aprovação dos órgãos competentes do **Primeiro Outorgante**.
5. O **Primeiro Outorgante**, através do Gestor do Contrato, verifica e aprova a conformidade da aplicação do apoio nos termos exigidos no presente contrato, através da entrega da respetiva documentação comprovativa da realização das despesas.
6. Caso se verifique a incorreta aplicação do apoio atribuído, na sequência da análise referida no ponto anterior, o Gestor do Contrato deverá exigir do **Segundo Outorgante** o respetivo reembolso, suspendendo qualquer outro pagamento.
7. Em caso algum, o **Primeiro Outorgante** comparticipará em indemnizações ou qualquer outro tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo **Segundo Outorgante**, em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

Cláusula 3.^a

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. No âmbito do presente contrato, o **Segundo Outorgante** obriga-se ao cumprimento das seguintes obrigações:
- a) Executar integralmente o Projeto referido na cláusula 1.^a;
 - b) Assegurar a construção, manutenção e regular funcionamento de instalações sanitárias de uso público no edifício ou espaço objeto de intervenção, em conformidade com projeto aprovado pelas entidades competentes;



- c) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes da cláusula 1.^a;
 - d) Assegurar uma estreita colaboração com o **Primeiro Outorgante**, tendente ao correto acompanhamento e execução deste contrato;
 - e) Entregar, até 60 (sessenta) dias após a conclusão das obras, o relatório final sobre a sua execução técnica e financeira;
 - f) Referenciar em todos os materiais gráficos editados e/ou outras formas de divulgação e promoção do projeto e dos seus eventos, o apoio do Município de Braga, nomeadamente através da inclusão do logo identificador da cidade.
2. Constituem, igualmente, obrigações do **Segundo Outorgante**:
- a) Fornecer informações relativas ao Projeto, nomeadamente, relativas à calendarização, e outros aspetos que possam ser revelados pelo **Segundo Outorgante**;
 - b) Fornecer toda a produção gráfica, assim como os conteúdos para os canais de comunicação próprios.

Cláusula 4.^a

(Exclusão de responsabilidade)

1. O **Segundo Outorgante** responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício da atividade incluída no objeto do contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros.
2. Quaisquer obrigações assumidas pelo **Segundo Outorgante** decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente com a contratação de financiamentos bancários e/ou dívidas contraídas a terceiros serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputada, seja a que título for, qualquer responsabilidade ao **Primeiro Outorgante**.
3. O **Segundo Outorgante** é o único responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio **Primeiro Outorgante**.
4. O **Segundo Outorgante** compromete-se a dar conhecimento do disposto no número anterior às entidades financiadoras e/ou a terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pelo incumprimento desta obrigação.



5. O **Segundo Outorgante** responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o **Primeiro Outorgante** e entidades inspetivas.

Cláusula 5.^a

(Direção e Fiscalização da Execução do Contrato)

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo **Primeiro Outorgante**, nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato o contraente público será representado pelo Gestor do Contrato (ou seu substituto), identificado no presente contrato, no qual se delega:

- a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo 325.º do CCP para que o **Segundo Outorgante** cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o contraente público fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente contrato;
- b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no artigo 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no artigo 298.º do CCP).

3. O **Gestor do Contrato**, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de desempenho exigidos, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 290.º-A do CCP e no n.º 4, do artigo F-2/2.º do CRMP.

Cláusula 6.^a

(Gestor do contrato)

Para efeitos do disposto na presente norma e nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, ficam designados como gestores do contrato e substitutos, em caso de impossibilidade ou impedimento do primeiro:



Primeiro Outorgante

Gestor do contrato:

Email:

Substituto:

Email:

Segundo Outorgante

Gestor do contrato:

Email:

Substituto:

Email:

Cláusula 8.^a

(Incumprimento)

1. Caso o **Segundo Outorgante** não cumpra, de forma exata e pontual, as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o **Primeiro Outorgante**, através do Gestor do Contrato, notifica-o para cumprir, dentro de um prazo razoável para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio aqui em causa.
2. O incumprimento do presente contrato ou o desvio, por parte do **Segundo Outorgante**, do montante da comparticipação financeira para o fim a que este se destina implica a devolução do montante transferido, bem como o pagamento de encargos suportados pelo **Primeiro Outorgante**, para além da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar.
3. O incumprimento injustificado do presente contrato, pelo **Segundo Outorgante**, constitui impedimento para a atribuição, por parte do **Primeiro Outorgante**, de novo apoio financeiro ou não financeiro, no período de dois anos.
4. Compete ao Gestor do Contrato do **Primeiro Outorgante** analisar e determinar, para efeitos do disposto no número anterior, a (in)existência do incumprimento injustificado.
5. Se no termo do prazo fixado neste contrato não tiverem sido apresentados documentos justificativos da aplicação do apoio concedido que comprovem a



aplicação da totalidade do valor, o **Segundo Outorgante** obriga-se a restituir o montante do apoio cuja aplicação não resultar comprovada.

6. Caso se verifique, pela análise dos relatórios, que nem todas as verbas transferidas pelo Município foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do programa, o **Segundo Outorgante** deverá devolver ao **Primeiro Outorgante** o valor não documentado, sem prejuízo da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar.

Cláusula 9.^a

(Modificação Objetiva ao Contrato)

Qualquer modificação objetiva ao presente contrato deve cumprir com o disposto nos artigos 311.º e seguintes do CCP.

Cláusula 10.^a

(Cessação)

1. O presente contrato cessa a sua vigência:
 - a) Pelo decurso do prazo de vigência do contrato;
 - b) Por caducidade;
 - c) Quando por causa não imputável ao **Segundo Outorgante**, enquanto entidade responsável pela execução do Projeto, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - d) Quando o **Primeiro Outorgante** exerça o seu direito de resolver o contrato, designadamente, com fundamento em razões de interesse público ou em incumprimento contratual por parte do **Segundo Outorgante**;
 - e) Por incumprimento, pelo **Segundo Outorgante**, das demais cláusulas do presente contrato.
2. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida às partes outorgantes.

Cláusula 11.^a

(Notificações e Comunicações)



1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:

Primeiro Outorgante: _____

Segunda Outorgante: _____

2. Qualquer alteração aos citados endereços de correio eletrónico deve ser comunicada previamente e por escrito à outra parte.

Cláusula 12.ª

(Vigência do contrato e Fiscalização)

1. O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até ao final da realização do Projeto referido na Cláusula 1.ª.

2. De acordo com o previsto no artigo 47.º, n.º 1, alínea i) da Lei de Organização e processo do Tribunal de Contas ("LOPTC"), excluem-se da incidência da fiscalização prévia, os contratos interadministrativos.

Cláusula 13.ª

(Legalidade da despesa)

O valor referido na cláusula 2.ª tem cabimento orçamental e será suportado pela rubrica [...], tendo-lhe sido atribuído os números de cabimento e compromisso [...] e [...], respetivamente.

Cláusula 14.ª

(Habilitação)

Em cumprimento do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário e no artigo 213.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, o **Segundo Outorgante** apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária e contributiva regularizada, que se anexam:

- a) Declaração da situação tributária regularizada;
- b) Declaração da situação regularizada perante a Segurança Social.

Cláusula 15.ª

(Legislação aplicável)



A execução do presente contrato é regulada pelo disposto no Código Regulamentar do Município do Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.^a

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao **Segundo Outorgante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Segundo Outorgante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Segundo Outorgante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Segundo Outorgante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Segundo Outorgante** de normas legais;



- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Segundo Outorgante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Segundo Outorgante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

(Proteção de dados pessoais)

1. As partes obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e à legislação nacional de proteção de dados aplicável, em particular, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. As partes comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais, sendo cada parte responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais, quer para o cumprimento das finalidades previstas no contrato, quer para o cumprimento das finalidades que se revelem necessárias no âmbito da execução do mesmo, e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. As partes devem aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que os tratamentos de dados pessoais que sejam necessários são realizados em conformidade com as obrigações de proteção de dados pessoais.
4. A **Segunda Outorgante** na elaboração e envio para o Município do Braga dos relatórios necessários para aferição do cumprimento das obrigações referentes ao apoio financeiro prestado pelo Município do Braga, está vinculado ao cumprimento do «princípio da minimização dos dados», nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do



artigo 5.º do RGPD, que determina que “os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados às finalidades para os quais são tratados”.

Cláusula 19.^a

(Deveres de colaboração recíproca e informação)

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 20.^a

(Cumprimento do contrato)

1. Ambas as partes se obrigam ao cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis no âmbito do presente contrato, sendo que todos os documentos contabilísticos e financeiros, designadamente faturas, notas de crédito ou de débito, guias de remessa e outros documentos a emitir em consequência ou no âmbito do presente contrato têm de ser verdadeiros, completos e conformes à legislação em vigor.
2. Ambas as partes se obrigam a providenciar, tomando para o efeito as medidas e precauções adequadas, no sentido de evitar toda e qualquer ação ou situação suscetível de colocar os respetivos dirigentes, pessoal, colaboradores ou agentes em situação de conflito entre o seu interesse pessoal e o das Partes, e/ou de uma Parte em relação à outra, nomeadamente, comprometendo-se a não proceder e/ou a que não procedam a quaisquer oferta de dádivas, presentes, serviços, pagamentos, empréstimos ou situações semelhantes, facultados ou oferecidos aos dirigentes, pessoal, colaboradores ou agentes da outra Parte.
3. Nenhuma cláusula ou parte deste contrato pode, em caso algum, ser interpretada de modo a violar as regras da concorrência da Comunidade Europeia e da legislação nacional, que ambas as partes se comprometem a respeitar escrupulosamente.

Anexos:

- I – Orçamento Projeto de Obra de Reabilitação;
- II – Declaração SS e AT.



O presente contrato foi lido aos outorgantes, tendo sido dispensada a leitura dos documentos complementares e anexos que do mesmo fazem parte integrante, por ter sido declarado que as partes deles têm perfeito conhecimento, e aos mesmos explicado o seu conteúdo e efeitos, em voz alta e na presença de todos os intervenientes.

Por ser esta a vontade livremente expressa pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

Braga, ... dias do mês de ... de 2025.

Pelo **Município de Braga,**

Pelo **Segundo Outorgante,**

